



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

A INFLUÊNCIA DA ESCOLA MODERNA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Bernard Pereira Almeida¹

RESUMO

A Escola Moderna foi um movimento pedagógico progressivo que contou com uma inspiração anarquista, no início do século XX, e deu origem à pedagogia libertária no Brasil. Os anarquistas, sendo contrários a qualquer forma de opressão e dominação na sociedade e defendendo uma comunidade mais solidária, igualitária e livre, acreditavam em uma instituição escolar que não fosse dominada pelo poder do Estado ou da Igreja. Foram eles que passaram a defender a ideia de uma educação democrática no país, buscando implementar isso nas escolas até o momento em que o movimento teve fim. Nesse contexto, esse estudo teve como objetivo entender como a Escola Moderna influenciou a Educação Brasileira e que contribuições trouxe para essa educação. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de artigos científicos publicados nas bases de dados *Google Acadêmico*, *SciELO* e demais periódicos e revistas de educação e pedagogia relacionados à temática. Concluiu-se que a Escola Moderna influencia e contribui com a educação brasileira atual no sentido de promover modelos pedagógicos que buscam criar ambientes de aprendizagem cada vez mais inovadores.

Palavras-chave: Escola Moderna. Anarquismo. Pedagogia libertária. Educação brasileira.

¹ E-mail: bernardadv@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Educação Brasileira, para chegar ao que é hoje, passou por constantes mudanças e transformações, influenciada por alguns fatores. Um dos fatores que influenciaram essa educação brasileira foi a Escola Moderna, que se tratou de um movimento pedagógico progressivo que contou com uma inspiração anarquista, no início do século XX, e deu origem à pedagogia libertária, que contestava a pedagogia tradicional (XAVIER, CHAVES, 2018).

A Escola Moderna, enquanto durou, foi o centro da educação como instrumento para a disseminação do liberalismo, tendo como objetivo a preparação do homem para que se tornasse produtivo e consciente de seus deveres como cidadão. Ela foi, ainda, uma das poucas opções de educação para a classe trabalhadora, tendo foco não apenas a educação de crianças e adolescentes, mas, também, a educação de adultos (ZANLORENZI, NASCIMENTO, 2017). Essa educação promovida por movimentos anarquistas, no entanto, pouco durou, e isso deu lugar para que a pedagogia tradicional tomasse força novamente. Apesar disso, a Escola Moderna deixou sua influência na Educação brasileira (GALLO, 1996).

Nesse sentido, esse estudo visa responder a seguinte questão: como a Escola Moderna influenciou e contribuiu

com a Educação Brasileira atual? A partir da compreensão de que a Escola Moderna trouxe inovações para a educação, no sentido de promover educação a todos e de forma liberal, pode-se ter que ela influencia a educação brasileira atual no sentido de promover modelos pedagógicos que buscam criar ambientes de aprendizagem cada vez mais inovadores. No decorrer desse estudo, espera-se comprovar essa hipótese.

O objetivo desse estudo é entender como a Escola Moderna influenciou a Educação Brasileira e que contribuições trouxe para essa educação, tendo como foco a educação atual do país. Assim, realiza-se, primeiramente, uma análise sobre a história do movimento anarquista e a força desse movimento no Brasil. Após, busca-se a compreensão de como esse movimento deu origem à Escola Moderna no país. Por fim, é feita a investigação sobre as influências e contribuições da Escola Moderna na Educação Brasileira partindo de uma análise sobre o ideal da modernidade e os problemas contemporâneos da educação no país.

No intuito de responder à questão proposta e o objetivo do estudo, a pesquisa é feita através de uma revisão bibliográfica, que permite uma análise metódica e ampla de artigos científicos e demais estudos em uma determinada área do conhecimento

(SOUSA, OLIVEIRA, ALVES, 2021). A pesquisa bibliográfica incluiu, então, artigos no idioma português, encontrados nas bases de dados *Google Acadêmico*, *SciELO* e demais periódicos e revistas de educação e pedagogia, e que tratassem da temática desse estudo. Publicações encontradas em blogs ou sites não confiáveis não foram incluídos na pesquisa.

1. O MOVIMENTO ANARQUISTA

A partir da radicalização do mutualismo de Pierre-Joseph Proudhon, o anarquismo surgiu, ainda na segunda metade do século XIX no contexto da Segunda Revolução Industrial, no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), ou seja, trata-se de um fenômeno moderno. Mais especificamente, esse movimento surgiu no final da década de 1860. Logo foi difundido em diversos países, principalmente nos países europeus, através de obras de militantes da Aliança da Democracia Socialista (MARIUTTI, 2018).

Uma das questões às quais os anarquistas deram mais atenção e importância foi a educação e a necessidade de transformação social. Foi em relação à essa temática que puderam ser observados os maiores desenvolvimentos teóricos e práticos no intuito de criar uma educação libertária, colocada, também, como uma crítica à educação tradicional (GALLO,

1996). É importante observar que os conceitos de anarquismo apresentados na educação têm grande diferença com o entendimento que se expandiu sobre esse tema, sendo algo considerado como o excesso de bagunça e a ausência de ordem (ROSSETTI, 2018).

Atualmente, há uma recuperação do anarquismo, tratando-se das pesquisas acadêmicas, como uma filosofia política que se constitui de uma atitude. Essa atitude seria a de negação de toda e qualquer autoridade e a de afirmação da liberdade. Dessa forma, o anarquismo deve ser considerado como um princípio gerador, ou seja, uma básica atitude que assume características particulares segundo as condições históricas e sociais a que se submete (GALLO, 1996).

Segundo Rossetti (2018), o princípio gerador anarquista é formado por quatro princípios básicos, que são: o princípio da ação direta, por meio do qual a revolução deve ser construída pelas massas e o processo, como obra dessa própria construção, deve ser gerido; o princípio da autonomia individual, no qual a própria ideia de indivíduo só é possível enquanto constituinte de uma sociedade, já que ele é uma célula essencial de qualquer associação ou grupo; o princípio do internacionalismo, que afirma que só haveria sentido em uma revolução se ela fosse globalizada; e o

princípio da autogestão, que afirma que a gestão da sociedade é fruto dela própria, ou seja, é uma gestão direta. Quando o anarquismo é tomado como um princípio gerador, que se ancora em quatro princípios básicos (ação direta, autonomia individual, internacionalismo e autogestão social), ele pode ser tido como paradigma de uma análise política e social, já que, dessa forma, existiria somente um Anarquismo e, este, poderia assumir diferentes facetas e formas para interpretar a ação e a realidade. Essa interpretação se daria conforme o momento em que fosse aplicado, bem como em conformidade com as condições históricas (GALLO, 1996).

Na questão da Educação, os anarquistas nunca concordaram com a educação oferecida e gerida pelo Estado. Segundo aponta Rossetti (2018), essa contrariedade se dava pelo fato de que eles entendiam que o Estado apenas fazia uso desse veículo para disseminar as visões sociopolíticas que seriam de seu próprio interesse. Em sua concepção, não poderia existir uma ação progressista ou democratização na Educação sob o poder do Estado a não ser que as ações do Estado não influenciassem a manutenção de suas instituições, ou seja, a não ser que o Estado deixasse de utilizar suas armas para neutralizar as demais ações. Cabe-se, então, compreender a concepção anarquista sobre

educação e observar esse tema considerando o Brasil.

1.1 A Educação na concepção anarquista

Os anarquistas entendiam que o que se tinha como educação no mundo até então criava um cenário tão dramático que havia a necessidade de se realizar transformações profundas. Eles não consideravam o ensino burguês por ter a razão criada pela burguesia como artificial. Para eles, o ensino científico e racional deveria atender às verdadeiras necessidades humanas e sociais, ou seja, a razão natural. Com isso, ao invés da memorização que prevalecia nas escolas, os anarquistas sugeriram abrir espaço aos jogos e à iniciativa dos próprios alunos, eliminando provas e concursos, bem como premiações e castigos. Suas ideias eram inspiradas no método racionalista, criado por Ferrer (MORAES, 2009; GALLO, 2013).

Segundo Rossetti (2018), os anarquistas entendiam que um dos veículos mais importantes para se educar alguém era a escola. Por isso, eles tinham a educação como algo que abrangia aspectos literários e culturais aos quais se articulavam. Apesar disso, eles não pretendiam estabelecer seu âmbito educacional apenas através da escola, pois não consideravam este o único

meio para tal. Na verdade, os anarquistas saíam da esfera escolar e do confinamento em sala de aula.

É interessante destacar que os anarquistas apresentavam a educação através de três pontos de vista diferentes. Para eles, havia a Educação formal, que era aquela que se desenvolve dentro da instituição escolar e conta com a ministração de disciplinas por um educador. Esta, relacionava-se a um conhecimento sistematizado, que, enquanto se tratava das “Escolas Livres”, teve como pilar o método racionalista em muitos casos. Havia, também, a Educação não-formal, que seria aquela que se observa nas conferências e palestras, não pressupondo um local ou tempo fixos. Esta, leva ao conhecimento possibilitando temas livres e debates, no entanto, não oferece, necessariamente, um diploma. Por fim, havia a Educação informal, que seria aquela que se relaciona a qualquer forma de aprendizado presentes no dia a dia de uma pessoa, bem como a quaisquer possibilidades educativas. Assim, ela é chamada de informal porque não demanda de uma organização, necessariamente (ROSSETTI, 2018).

Gallo (1995) ainda aponta uma importante diferença entre a educação anarquista e a educação tradicional que se tinha até então. Ele apresenta o seguinte exemplo: um professor autoritário, quando

um aluno bagunça em sua aula, coloca o aluno de castigo, ou manda-o para fora da sala, com isso, rompe qualquer relação pedagógica possível com o aluno; um professor progressista, nessa mesma situação, vai focar no ato do aluno e tentar compreendê-lo para que possa ajudá-lo. Esse é um ponto importante que a educação anarquista tenta trazer. Dar atenção ao problema do aluno e atenção ao problema do professor, que deve rever sua metodologia e seus conteúdos, buscando uma ação pedagógica que seja verdadeiramente significativa para todos. Nunca pensar que o problema está só em um lado.

Um dos grandes nomes na educação anarquista foi Francisco Ferrer y Guardia, que renunciou que a educação seria um problema político, devendo ser tratada como tal. Segundo as ideias de Ferrer, a educação da infância deve fundamentar-se sobre uma base científica e racional, e a instrução é parte dessa educação. Essa instrução, além de formar inteligência, deve o compreender o desenvolvimento do caráter, a cultura da vontade e a preparação de um ser moral e físico bem equilibrado. Tratando-se da educação moral, Ferrer aponta que esta deve apoiar-se sobre a grande lei natural de solidariedade, esse é o seu exemplo (GALLO, 2013).

Ainda, a partir da concepção anarquista de educação, e diferente da pedagogia tradicional que se tinha na época, Ferrer afirmava que nas escolas os operários e suas proles teriam acesso ao conhecimento formal – devidamente temperado pela ideologia do movimento, bem como que meninos e meninas deveriam estudar na mesma sala. Suas teorias acabaram por despertar a ira da Igreja e do governo espanhol, o que o levou à prisão e, posteriormente, fuzilamento, em 1909 (MORAES, 2009).

1.2 Educação anarquista no Brasil

Como já observado anteriormente, para compreender a concepção de educação anarquista no Brasil, deve-se entender que os anarquistas negam qualquer forma de opressão e dominação que exista na sociedade e defendem uma comunidade e sociedade mais solidária e igualitária, visando a liberdade. Nesse sentido, uma instituição que fosse dotada de poder consistiria em um entrave ao seu objetivo.

No Brasil, foi logo no final do século XIX que a presença dos anarquistas foi marcada, liderando as primeiras mobilizações operárias do país. Seus ideais foram trazidos ao território brasileiro principalmente por imigrantes espanhóis e italianos. Assim, passaram a disseminar sua ideologia revolucionária através da

educação, uma educação que contrariava os valores burgueses, voltando-se à solidariedade e à radical liberdade do indivíduo na gestão de sua própria vida (BAUER, COSTA, 2021; RODRIGUES, 2010). No Brasil, esse movimento surge em oposição às condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, mas em um país com cerca de 85% da população analfabeta, havia dificuldades de se inserir a proposta anarquista nos meios populares e operários. Logo, porém, com o apoio financeiro de sindicatos e federações, tais ideais passaram a se espalhar pelo país (ALVIANO JUNIOR, 2011; MORAES, 2009).

Os currículos anarquistas brasileiros privilegiavam a gramática, a leitura, a caligrafia, a física, a química, a geografia, a história, a aritmética, a geometria, a geologia, a botânica, o desenho e a mineralogia. Sessões artísticas e conferências científicas também eram incluídas na educação anarquista. As escolas buscavam a aproximação de professores, alunos, famílias e sindicatos, e o esforço educativo desses grupos contribuiu para a fundação de centros de estudos, bibliotecas, centros de cultura e grande circulação de periódicos (MORAES, 2009).

Os anarquistas se inseriram nas lutas sindicais e direcionaram seus esforços para a criação de centros educativos no Brasil.

Aqueles que lutavam nos sindicatos também eram autores de jornais e educadores das escolas libertárias, contribuindo para a divulgação e propagação da Escola Moderna (RODRIGUES, 2010).

Todavia, entre os anos de 1917 e 1919, greves de liderança anarquista ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro acabaram chamando a atenção do Estado e da Igreja Católica. A partir disso, os anarquistas passaram a ser vistos como ameaça, tornando-se alvo de dura repressão. Militantes estrangeiros foram expulsos do país, militantes brasileiros foram presos, suas escolas foram fechadas e os professores foram acusados de difundir a revolução social. Os governantes passaram a impedir o desenvolvimento do anarquismo e sua forma de educação no país (MORAES, 2009; RODRIGUES, 2010).

2. O SURGIMENTO DA ESCOLA MODERNA

A Escola Moderna começou a se desenvolver a partir de transformações sociais desencadeadas pela ascensão burguesa. Até o século XVI, o trabalho didático preservava características artesanais, e a burguesia imitava a nobreza quando contratava um preceptor para educar os seus filhos. O ensino era ministrado, principalmente, nos ambientes

internos e externos da residência, e a sala de aula ainda não se mostrava uma necessidade no âmbito da educação. No entanto, a Reforma Protestante passou a afirmar a necessidade de uma nova instituição social para a educação das crianças e dos jovens, projeto que teve início em meados do século XVII, tendo como fonte de inspiração a manufatura burguesa. Contrária a esta houve, também, a Contra Reforma, que trouxe uma nova concepção gerada pelo humanismo renascentista, tirando Deus como o centro de tudo e colocando no ser humano a responsabilidade de suas decisões (ALVES, 2005).

O educador Comenius, na época, motivado por essa necessidade de uma nova instituição social, passou a expressar a concepção da nova instituição educacional, sendo um pioneiro nas iniciativas e origens da produção da escola moderna na sociedade burguesa no século XVII. Nessa concepção, também se destacam os jesuítas, que começaram a criar as escolas ainda no século XVI, possibilitando que Comenius, no século XVII, desenvolvesse suas ideias (ALVES, 2005).

De fato, o século XVII foi fundamental para a consolidação da Modernidade, em especial para a Educação e a Ciência. A evolução do pensamento nesse período fez com que a educação passasse a ser pensada e organizada. Um

importante educador e sacerdote nesse século, La Salle, e que é considerado um dos fundadores da pedagogia moderna, formulou um novo modelo das Escolas Cristãs, que se tornou o padrão da escola moderna nos séculos seguintes. Comenius e La Salle defendiam que a educação deveria atender a todos, independentemente de sexo, religião ou condição social. Foi a partir da ideia desses educadores que houve uma grande revolução educacional do século XVII, na qual se iniciou o processo de evolução da educação que aconteceu até o final do século XX (TREZZI, 2021).

Apesar da contribuição dos jesuítas, Comenius, La Salle e outros educadores para o surgimento da Escola Moderna, considera-se que o seu criador foi o anarquista espanhol Francisco Ferrer y Guardia que, sendo capaz de desenvolver uma prática pedagógica anti-autoritária e anti-estatal, fundou, em 1901, sua primeira Escola Moderna, contrariando as concepções burguesas (GALLO, 2013). Para Ferrer, assim resumem-se os propósitos da Escola Moderna: instruir as crianças na verdade, na justiça, livres de preconceitos e capazes de raciocinar. Ainda, as crianças devem ser instruídas a, quando saírem da escola, continuarem inimigas dos prejuízos, sejam capazes de formar convicções pensadas, que sejam suas próprias, que sejam inteligências

substantivas. A Escola Moderna deve preparar as crianças para serem membros da sociedade, e não fazer com que sintam amor ou ódio por ela (BAUER, COSTA, 2021).

O anarquista entendia que se devia inserir no ensino da infância as ideias de ciência, de liberdade e de solidariedade com métodos focados no psicológico das crianças, permitindo que melhores resultados fossem alcançados com um menor esforço. Na primeira infância, ele dizia ser necessário que os métodos fossem adaptados à psicologia da criança tanto quanto o possível. Todavia, além de se preocupar com o ensino das crianças, Ferrer também se preocupava com a formação dos professores que participariam do projeto da Escola Moderna, apontando a necessidade de que eles fossem preparados de forma a enfrentar a realidade escolar. Para o criador da Escola Moderna, os educadores não deveriam abandonar as crianças para formarem conceitos próprios, pelo contrário, a criança deveria vivenciar o conhecimento junto do professor (GALLO, 2013; ALVIANO JUNIOR, 2011; BAUER, COSTA, 2021).

Ferrer ainda reconhecia que os rebeldes possuíam valores, pois, segundo ele, eles tinham uma tendência niveladora, natural e racional. Ele afirmava que aqueles que são oprimidos e explorados devem ser rebeldes, reclamar os seus direitos e

participar do patrimônio universal. Suas ideias, porém, contrariavam a Igreja e o governo espanhol, por isso foi condenado ao fuzilamento. Os anarquistas e livres pensadores desse movimento realizaram diversas manifestações contra o fuzilamento de Ferrer, na Espanha, o que de nada adiantou (MORAES, 2009).

Logo, a invenção da instituição escolar é entendida como produto da sociedade moderna, assim, as escolas passaram a contar com os ideais da modernidade, que orientavam seu modo de organização e funcionamento. O fato é que essas instituições são fluidas e se modificam a cada novo desafio a fim de responder às necessidades de seu tempo (XAVIER, CHAVES, 2018).

2.1 Os saberes da Escola Moderna

Segundo Boto (2014), a Escola Moderna lida com dois tipos de saberes, de um lado há o aprendizado explícito de diferentes matérias do conhecimento, do outro há o aprendizado de formas de comportamento. Basicamente, trata-se do aprendizado de matérias e maneiras. Ainda, as relações entre professores e alunos são interpessoais, e o lugar profissional do professor envolve um conjunto de valores, de saberes e de normas de conduta, que o colocam como um formador de mentes, de almas e de corações. Assim, os professores

devem ensinar conhecimentos, valores e comportamentos.

Nessa concepção,

Dizer que a escola ensina princípios e atitudes significa considerar também que, do ponto de vista educacional, o ensino parte de textos escritos, mas registra, para além disso, a aceção da exemplaridade como um código fundamental. A escola exemplifica os saberes e o escolar deve, na outra margem, valer-se da exemplaridade de seu mestre. [...] quando se diz que a escola tem por alicerce a base de um ensino manifesto dos saberes, de um ensino tácito de valores e de atitudes, quando se diz ainda que a escola fala por meio do exemplo, não se está a considerar o mérito nem dos saberes ensinados, nem dos valores ministrados, das atitudes inculcadas ou dos exemplos perfiados. (BOTO, 2014, p. 105)

Tem-se, então, que na educação anarquista era praticado o ensino mútuo, ou seja, uma troca de experiências e saberes. Como complementa Alviano Junior (2011), a ideia da Escola Moderna era que o educador, que na pedagogia tradicional se encontra em uma posição de poder, quebre essa relação, aceitando os saberes de seus alunos e, como um igual, trazendo sua posição para onde seja possível que se desenvolva em conjunto com eles.

2.2 Pedagogia libertária

O francês Paul Robin foi o precursor da pedagogia libertária e, entre 1880 e 1894, ele sistematizou, nos congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores, suas teses. As escolas libertárias acabaram se constituindo em uma das poucas opções de educação que a classe trabalhadora possuía, já que havia omissão do Estado nesse aspecto (PASCAL, 2006; ROSSETTI, 2018).

Como já observado, a Pedagogia Libertária contesta a Pedagogia tradicional no sentido de que a tradicional se opõe às ideias anarquistas. Esta última, era considerada pelos anarquistas como aquela que reproduzia os interesses da Igreja e do Estado. Contrária a esta, a pedagogia libertária, ou educação libertária, se opunha ao comunismo autoritário e às formas de produção capitalistas, contestando até mesmo a existência do poder do Estado, e propunha a autogestão. Seu objetivo era alcançar a construção de uma sociedade nova, que se apoiava em uma nova educação, com novos valores e bases, como a liberdade e a individualidade (ROSSETTI, 2018; RODRIGUES, 2010).

Isso se dá porque, para a libertação de maneira absoluta, os anarquistas apontam ser necessário uma abdicação do poder que o homem exerce materialmente sobre outros homens (Governo) e da

dominação exercida pelo divino (Igreja). Assim, a pedagogia libertária, assim como demais pedagogias novas, tentou reduzir o poder autoritário do professor, colocando o aluno como centro do processo e o professor como um facilitador do processo de ensino-aprendizagem, no entanto isso não perdurou (GALLO, 1995; PASCAL, 2006).

2.3 Escola Moderna no Brasil

No Brasil, as instituições de ensino anarquistas, ou escolas libertárias, começaram a surgir no ano de 1895. Até o ano de 1925, cerca de quarenta dessas instituições surgiram. A primeira delas foi criada no Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e se chamou “Escola União Operária”. Após sua criação, outras escolas foram surgindo. Entre as principais escolas, destacam-se algumas. Em 1906 surgiram a Escola Eliseu Reclus, em Porto Alegre, a Escola Germinal, no Ceará, e a Escola da União Operária de Franca. Em 1911 surgiu Escola da Liga Operária de Sorocaba. Em 1912 surgiram a Escola Operária 1º de Maio, em Vila Isabel, Rio de Janeiro, e as Escolas Modernas 1 e 2, em São Paulo. Por fim, em 1913, surgiu a Escola Moderna, em Petrópolis. Em Campinas também foi fundada uma escola livre, em 1908, por iniciativa da Liga Operária (MORAES, 2009; ROSSETTI, 2018).

Em 1904, no Rio de Janeiro, tentou-se realizar a criação de uma instituição de ensino superior, a Universidade Popular de Ensino (Livre), para ser complementar à formação dos trabalhadores. Essa instituição chegou a contar com a colaboração de vários militantes e literatos simpatizantes do movimento anarquista, como José Veríssimo, Martins Fontes, Elísio de Carvalho, Felisberto Freire, Fábio Luz e Rocha Pombo. Todavia, durou poucos meses (MORAES, 2009).

No ano de 1907, o Brasil passou por um período de recessão, e isso gerou o enfraquecimento das lutas anarquistas e desencadeou uma guerra aos movimentos contestatórios. Assim, no intuito de combater as greves e manifestações, foi elaborada a lei “Adolfo Gordo”, que tinha como objetivo expulsar os trabalhadores imigrantes envolvidos em atividades consideradas subversivas. As perseguições que ocorreram aos anarquistas produziram mártires no Brasil e no mundo. Quando se tratava de anarquistas brasileiros, eles eram presos em ilhas ou outras prisões. Quando se tratava, porém, de anarquistas estrangeiros, muitos eram deportados em porões de navios (RODRIGUES, 2010).

Apesar disso, as escolas cresciam, tanto que, em São Paulo, chegaram a ser oferecidos cursos desde o primário ao superior. No entanto, a iniciativa de

fundação de escolas libertárias ficou comprometida quando, em 1919, a explosão de uma casa na Rua João Boemer, bairro do Brás, São Paulo, provocou a morte de quatro militantes anarquistas quando manipulavam materiais explosivos. O diretor de uma das escolas estava entre os mortos. Há estudiosos que apontam que o fechamento das escolas não estava ligado apenas a esse acontecimento e que seu futuro já estava comprometido desde antes (MORAES, 2009).

Rossetti (2018) aponta que as Escolas Modernas em São Paulo acabaram sendo fechadas sob a acusação de que propagavam ideologia perigosa. De fato, em todo o país, o movimento libertário passou a sofrer repressão do Estado, sendo combatido pelo comunismo e pelo capitalismo. No entanto, é possível dizer que até o ano de 1920, os libertários, defensores do anarquismo, realizaram mais pela educação operária e pelos excluídos da sociedade do que o ensino oficial do próprio país, preocupando-se com a educação em todas as faixas etárias, da infância à fase adulta.

3. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

A escola consiste em um sistema de relações no qual estão envolvidos professores, alunos, funcionários e gestores

escolares, familiares dos alunos e representantes da comunidade escolar. Assim, ela é um espaço de relações e, nesse espaço, os sujeitos interagem entre si e com as agências Governamentais. Existem diversas legislações e diretrizes que regem o funcionamento institucional escolar, mas cada escola possui uma cultura e uma identidade próprias que se constituem ao longo de sua história. Há, dessa forma, uma dupla conceituação para a escola: uma instituição universal e um local de práticas coletivas; e uma instituição de produção de culturas singulares e particulares (XAVIER, CHAVES, 2018).

A Escola Moderna tinha essa visão de que a escola é um ambiente coletivo e aberto a todos, mas sem o poder do Estado ou da Igreja e sem o poder do professor como superior ao aluno. Tanto que, no início do século XX, como já observado, a pedagogia libertária tentou reduzir o poder autoritário do professor e colocar o aluno como centro do processo de ensino-aprendizagem. Atualmente, essa questão ganha contornos mais complicados (GALLO, 1995). O contexto atual da educação pública no Brasil, segundo Kishi (2015), tem sofrido com o modelo de ensino escolástico, no qual o educador detém as influências, o conhecimento e a palavra para as discussões com os alunos, que ficam apenas sujeitos à passividade, à

subordinação e à repetição, tudo isso defendido por legislações e o poder do Estado.

A pedagogia tradicional tem sido criticada por ser considerada um tipo de confinamento do aluno dentro da sala de aula, impedindo-o de estimular sua observação sensível fora desse ambiente, de descobrir a realidade e a natureza através de atividades produtivas e de entender a relação da escola com a comunidade através de pesquisas de campo (KISHI, 2015). Essa é uma crítica defendida por muitos estudiosos em relação ao que se tem como a educação brasileira contemporânea, apontando a necessidade de mudanças e uma democratização das escolas brasileiras, como é defendido na própria legislação do país (TREZZI, 2021). Aqui há o ponto em que a Escola Moderna tem influenciado a educação brasileira (ZANLORENZI, NASCIMENTO, 2017).

3.1 Influência da Escola Moderna na Educação do Brasil

Em muitas escolas brasileiras, nos dias atuais, tem se observado a preocupação com uma mudança no processo de ensino-aprendizagem. Alviano Junior (2011) aponta que, no campo da Educação, o país tem vivenciado o desafio de construir uma vivência com valores realmente democráticos, alcançar uma pedagogia

realmente transformadora. Certos educadores têm voltado seu olhar novamente à proposta libertária, que visava a inserção do aluno dos diversos setores no contexto social, tornando-o um ser livre, capaz de entender, de atuar e de modificar a sociedade. Estes, têm incentivado a participação dos alunos em sala de aula, dando-lhes cada vez mais espaço para falar e atuar. O planejamento das aulas não tem mais sido realizado apenas pelo ângulo do professor, os anseios dos alunos têm sido também considerados.

A Educação contemporânea apresentou uma realidade na qual o contexto e as necessidades escolares atuais têm começado a ser, de fato, considerados, possibilitando que sejam encontradas alternativas para que essas necessidades sejam atendidas. Mesmo a formação dos professores tem sido realizada de forma a prepará-los para atuar em conformidade com a necessidade do estudante (ALVIANO JUNIOR, 2011). No entanto, ainda há muito o que ser alcançado para que a educação no Brasil seja realmente democrática, com um ensino de acesso a todos e que considere todas as necessidades estudantis, contribuindo para que o estudante tenha mais autonomia e, assim, amplie sua educação em conhecimento e comportamento (TREZZI, 2021; KISHI, 2015). Embora essa educação ainda não

tenha sido totalmente alcançada no país, é possível ver a influência da Escola Moderna na Educação brasileira e as contribuições que esta deixou para que o sistema de ensino brasileiro alcance as inovações necessárias.

CONCLUSÃO

Esse estudo foi desenvolvido com o intuito de observar como a Escola Moderna influenciou a Educação Brasileira e, considerando a situação atual do país, que contribuições trouxe para a educação. Foi possível observar que a Escola Moderna visava atender às verdadeiras necessidades humanas e sociais, preparando os estudantes (crianças e adultos) em conhecimento e comportamento. Para a época em que surgiu, essa escola trouxe uma pedagogia inovadora, com foco em uma profunda transformação social e, principalmente, educacional.

Embora a pedagogia libertária promovida pela Escola Moderna não tenha durado além do início do século XX, ela deixou marcas na sociedade brasileira. Hoje, a necessidade de mudanças que se tem percebido na Educação do país faz com que muitos educadores se voltem às teorias da educação anarquista, com o intuito de dar mais espaço e liberdade ao aluno, atender suas necessidades, promover educação a todos e contribuir para uma formação do

educador não como uma autoridade em sala de aula, mas como um auxiliador do processo de aprendizagem do aluno.

Logo, comprova-se a hipótese de que a Escola Moderna influencia e contribui com a educação brasileira atual no sentido de promover modelos pedagógicos que buscam criar ambientes de aprendizagem cada vez mais inovadores. Embora a Educação atual brasileira seja regida por legislações governamentais, essa possibilidade de autonomia do aluno e a criação de uma relação entre este e o professor, de forma a contribuir com um melhor processo de ensino aprendizagem, foram as contribuições deixadas pela Escola Moderna.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. Origens da Escola Moderna no Brasil: a contribuição jesuítica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 617-635, mai./ago. 2005.

ALVIANO JUNIOR, Wilson. Educação anarquista no Brasil: contexto histórico-social. **Contexto & Educação**, Editora Unijuí, a. 26, n. 86, p. 163-181, jul./dez. 2011.

BAUER, Carlos; COSTA, Marcelo Luiz da. Vestígios históricos da educação anarquista no Brasil. **Revista Lusófona de Educação**,

v. 52, p. 11-29, 2021. DOI: 10.24140/issn.1645-7250.rle52.01.

BOTO, Carlota. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Hist. Educ.**, Porto Alegre, v. 18, n. 44, p. 99-127, set./dez. 2014.

GALLO, Sílvio. A educação e controle. **Revista Sinpro Cultura**, Campinas, a. XII, n. 23, jul. 1995.

_____. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. **Por-posições**, v. 24, n. 2, p. 241-251, mai./ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072013000200015>.

_____. O Paradigma Anarquista em Educação. **Nuances – Revista do Curso de Pedagogia**, São Paulo, n. 2, 1996.

KISHI, Kátia. Mudanças para a educação brasileira com mais autonomia nas escolas. **SciELO em Perspectivas: Humanas**, 2015. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2015/03/25/mudancas-para-a-educacao-brasileira-com-mais-autonomia-nas-escolas/>. Acesso em: 1 out. 2022.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Pensando a anarquia de forma positiva: Pierre-Joseph

Proudhon. **BJIR**, Marília, v. 7, n. 2, p. 248-266, mai./ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2018.v7n2.04.p248>.

MORAES, José Damiro. Anarquismo no currículo: Espalhado por sindicatos e organizações de trabalhadores, movimento contestador abriu suas próprias escolas no Brasil, com pedagogia inovadora. **Revista de História**, p. 1-3, 2009.

PASCAL, Maria Aparecida Macedo. A pedagogia libertária: um resgate histórico. **Congr. Inter. Pedagogia Social**, v. 1, mar. 2006.

RODRIGUES, Edgar. **História do movimento anarquista no Brasil**. São Paulo: Ateneu Diego Giménez, 2010.

ROSSETTI, Victor Ruy. **Sequência Didática: a educação anarquista no Brasil**. São Paulo: USP, 2018.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, Campinas/SP, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

TREZZI, Clóvis. A educação pós-pandemia: uma análise a partir da

desigualdade educacional. **Dialogia**, São Paulo, n. 37, p. 1-14, e18268, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n37.18268>.

XAVIER, Libânia N.; CHAVES, Miriam W. A invenção da Escola pública e seus desdobramentos no Brasil: entre o ideal de modernidade e os problemas contemporâneos. **Historia Caribe**, v. 8, n. 33, p. 255-282, jul./dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.15648/hc.33.2018.10>.

ZALORENZI, Claudia Maria Petchak; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. A revista *A Escola* e educação brasileira no início do século XX. **Imagens da Educação**, v. 7, n. 1, p. 24-37, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v7i1.31579>.